

## Carta aos deputados estaduais paulistas

O Fórum das Seis – que congrega as entidades representativas de professores e funcionários da Unesp, da Unicamp, da USP e do Centro Paula Souza, bem como os Diretórios Centrais de Estudantes da USP, da Unicamp e a representação estudantil da Unesp – solicita especial atenção dos deputados estaduais a este documento, não sem antes reafirmar que, por parte das referidas entidades, há não só determinação de luta, mas há também enorme disposição para o diálogo e a negociação no que se refere à ampliação de investimentos do Estado na educação pública.

Mencionamos a seguir alguns problemas graves, não apenas mas sobretudo relacionados a questões orçamentárias, que têm assolado os serviços públicos essenciais no Estado, em especial os correspondentes ao direito social que é a educação pública:

**1) Sobretudo nos Ensinos Fundamental e Médio**, constata-se classes lotadas, professores e funcionários com salários arrochados e condições precárias de trabalho, ausência de bibliotecas e laboratórios. Isto é, a vigência de condições que aprofundam o descumprimento do direito inalienável à educação pública de qualidade, uma das principais fontes do exercício de cidadania.

*Diante disso, consideramos urgente aumentar a destinação de recursos para a educação pública em geral e, por este motivo, temos proposto e defendido – há muito tempo – que o planejamento estadual, em especial por meio da LDO, garanta, no mínimo, 33% da receita total de impostos, aí incluídas as transferências de outras esferas, para a educação pública em todos os níveis no Estado de São Paulo.*

**2) No Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (Ceeteps)**, os salários de professores e funcionários têm sido arrochados, ao mesmo tempo em que foi realizada uma expansão sem o necessário investimento de recursos. A principal consequência desta política é o progressivo sucateamento de uma instituição fundamental para a educação e o desenvolvimento tecnológico paulista e brasileiro. Para iniciar a reversão desta tendência, é fundamental a subvinculação de recursos para o Ceeteps.

*O Fórum das Seis tem proposto e defendido que sejam garantidos 2,1 % do ICMS – Quota parte do Estado (QPE), ao Ceeteps.*

**3) Nas universidades estaduais**, é importante frisar que, ao longo do tempo, houve várias expansões sem aportes permanentes de recursos. Por exemplo, mais recentemente, a criação da Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH), a incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena (EEL, antiga Faenquil) e a criação de diversas faculdades (no campus de Ribeirão Preto) pela USP; a criação da Faculdade de Ciências Aplicadas em Limeira pela Unicamp; e a criação de várias unidades experimentais (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista) e novos cursos pela Unesp.

É essencial registrar ainda que, como temos insistido há muito, antes mesmo da expansão citada, os atuais 9,57% do ICMS, em vigor desde 1995, não têm sido suficientes para sustentar a capacidade já instalada das universidades estaduais. Afora isso, nos últimos anos, o cálculo desses 9,57% tem se dado após a retirada de recursos para programas habitacionais, de recursos devolvidos aos contribuintes por meio da “Nota Fiscal Paulista” (contabilizados como restituição do ICMS) e, ademais, sem levar em consideração juros e correção monetária do ICMS recolhido em atraso, a maior parte via “programas especiais de parcelamento de dívidas”. Assim, além de esse procedimento permitir (e induzir) que tal imposto entre em atraso, após parcelamentos e descontos generosos, ele constitui-se em uma benesse para os “inadimplentes” e em um desfalque no mon-

tante de recursos públicos que devem garantir os direitos sociais – o que é inaceitável.

O quadro a seguir mostra como as universidades estaduais paulistas vêm expandindo vertiginosamente vagas e cursos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, nos últimos anos, sem que o percentual de repasse do ICMS tenha se alterado desde 1995. Tomando por base o período de 1995 a 2011, o quadro mostra que o número de servidores docentes e técnico-administrativos cresceu muito pouco ou até diminuiu no período – apesar do aumento do processo de terceirização –, em drástico contraste com o crescimento de cursos e vagas.

### Universidades estaduais: Crescimento de 1995 a 2011

	Unesp			Unicamp			USP		
	1995	2011	Variação	1995	2011	Variação	1995	2011	Variação
Docentes	3.497	3.553	2%	1.996	1.727	-13%	5056	5940	17%
Técnico-administrativos	7.918	7.073	-11%	8.681	7.994	-8%	15105	16512	9%
Cursos de graduação	80	122	53%	44	66	50%	132	247	87%
Vagas em graduação/Vestibular	4.311	7.034	63%	1.990	3.320	67%	6902	10652	54%
Alunos matriculados/ graduação	19.618	35.666	82%	9.023	16.682	85%	32834	57902	76%
Cursos de pós-graduação	83	119	43%	85	126	48%	476	627	32%
. Mestrado				46	66	43%	257	319	24%
. Doutorado				39	60	54%	219	308	41%
Alunos matriculados/ pós-graduação	4.777	11.043	131%	8.771	14.532	66%	19.683	33.117	68%
. Mestrado	3.395	6.142	81%	3.830	5.322	39%	8024	13816	72%
. Doutorado	1.382	4.901	255%	2.996	5.779	93%	6060	13979	131%
. Especial				1.945	3.431	76%	5599	5322	-5%
Títulos outorgados (total)	581	2.560	341%	1.044	2.172	108%	2.643	5.631	113%
. Mestrado	433	1.741	302%	724	1354	87%	1.584	3417	116%
. Doutorado	148	819	453%	320	818	156%	1.059	2214	109%

O processo de maturação e consolidação de universidades exige aumento de investimento para poder garantir, com qualidade, a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E é sempre bom lembrar que o esforço continuado de docentes, funcionários e estudantes da Unesp, Unicamp e USP – apesar do contínuo constrangimento de verbas, acarretando salários arrochados e ausência de políticas adequadas de permanência estudantil – tem sido responsável pelo fato de as universidades estaduais paulistas desenvolverem a maioria da pesquisa realizada no país. Comprometer tal desenvolvimento seria irresponsável e, consequentemente, sacrificaria a possibilidade de efetivo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural paulista e brasileiro.

Os argumentos aqui apresentados mostram que até as emendas de 10% do ICMS-QPE, aprovadas pelo Legislativo em 2005 e 2006 (e vetadas pelo Executivo), já eram insuficientes para dar conta do necessário e urgente aumento do investimento público nas universidades estaduais.

*Assim, o Fórum das Seis reafirma sua reivindicação de 11,6% do ICMS – QPE para as universidades estaduais, que permitiriam um planejamento estratégico para garantir a boa qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja no que se refere à manutenção da capacidade já instalada, seja no que diz respeito à sua necessária expansão.*

O atendimento dessas reivindicações já históricas do Fórum das Seis corresponderia a uma importante decisão estratégica do Legislativo, que possibilitaria o planejamento e a execução do desenvolvimento da educação pública em todos os níveis e modalidades no Estado de São Paulo, que teria reflexos extremamente positivos para todo o país.

*Atenciosamente,  
Entidades do Fórum das Seis*

*São Paulo, 26 de junho de 2013*